O IMPACTO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E FÍSICA NA VIDA DE MULHERES TRANSGÊNEROS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

The impact of psychologicali and physical violence on the life of transgenous women: a literature review

ROMS, Fernanda Monteiro
Centro Universitário de Jaguariúna

MOLGADO, Jessica Freitas
Centro Universitário de Jaguariúna

MONTANARI, Fábio Luis
Centro Universitário de Jaguariúna

AUDI, Celene Aparecida Ferrari.
Centro Universitário de Jaguariúna

SPAGNOL, Gabriela Salim
Centro Universitário de Jaguariúna

RESUMO: Esse estudo tem como objetivo analisar as violências e seus impactos na vida de mulheres transgêneros, com o intuito de apontar os índices de violências, aonde se iniciam e ocorrem esses crimes de racismo e seus autores. Realizou-se uma revisão de literatura na base da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), selecionando-se artigos completos publicados nos anos de 2010-2020, nos idiomas português e espanhol. Os artigos apontam que as mulheres transgêneros vivem em uma sociedade LGTfobia, na qual as violências são consideradas como algo natural. Durante sua atuação, os profissionais da saúde devem considerar o impacto dessas violações dos direitos humanos e de uma vida marcada pelo medo e invisibilidade, de maneira a atentar para reduzir os danos à saúde e promover o acolhimento desta população.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero; Pessoas Transgênero; Violência de Gênero.

Abstract**:** This study aims to analyze violence and its impacts on the lives of transgender women, with the aim of pointing out the violence rates, where these crimes of racism and their perpetrators begin and occur. A literature review was

carried out on the basis of the Virtual Health Library (VHL), selecting complete articles published in the years 2010-2020, in Portuguese and Spanish. The articles point out that transgender women live in an LGTphobia society, in which violence is considered natural. During their work, health professionals must consider the impact of these violations of human rights and of a life marked by fear and invisibility, in order to pay attention to reduce the damage to health and promote the reception of this population.

Key-words**:** Sexual and Gender Minorities; Transgender People; Gender Violence.

1. INTRODUÇÃO

Conforme os PRINCÍPIOS DE YOCYAKARTA (2007), todos os seres humanos são livres, iguais em dignidade e direitos, os quais são universais, interdependentes, indivisíveis e inter-relacionados. Assim a dignidade deve ser garantida a todo ser humano independente da sua orientação sexual, identidade de gênero, livre de discriminação e/ou abuso.

Segundo a Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, Cap. II art. 7º. Inciso I, II e V, referem que a violência psicológica e moral são consideradas ato que prejudique os desenvolvimentos, autoestima, suas decisões e crenças, cause danos emocionais, visa difamar a imagem e moral da vítima perante a sociedade, manipular seus comportamentos e ações. Alguns exemplos dessas violências são: Promover calúnias, expor a vida íntima, colocar em descrédito o seu modo de ser e agir, ameaças, humilhação, limitarem o direito de ir e vir e de ter contato com os seus amigos e familiares, perseguição e manipulação que distorcer e omitem os fatos para deixar a vítima em dúvida sobre a sua memória e sanidade. (BRASIL, 2006)

A violência física normalmente acontece pelas principais atitudes das pessoas que não aceitam a comunidade LGBTQI+, e são embasadas pelo ódio e repulsa que resultam em violência física e que utilizam por meios de torturas, espancamento, estrangulamento, ferimentos com arma de fogo ou branca, objetos cortantes e

perfurantes e violência extrema que pode resultar á homicídios. A comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou em 22 de maio de 2019, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 191/2017, que amplia o alcance da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006 para proteger as mulheres transgêneros e transexuais na tentativa de combater a violência contra essa população. (BRASIL, 2006)

Contudo, a TRANS MURDER MONITORING (2019) apresenta números de casos de homicídios que foram relatados através de pessoas trans e de gênero diverso, sendo o total de 331 casos que foram levantados entre 01 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019. Com isso os países que apresentam mais casos de homicídios são Brasil 130, México 63 e Estados Unidos 30, juntando todos os casos que foram notificados pelos 74 países temos um total de 3314 homicídios no período 01 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019. Essas violações são realizadas com frequência e de outras formas como violência, ódio, discriminação e exclusão, que é baseada através da raça, idade, religião, deficiência ou status econômico e social. Os dados apontam que 61% dos casos são profissionais do sexo, negras e migrantes, e os homicídios foram executados através de 334 por espancamento, 653 por arma branca e 1252 por arma de fogo. (TMM, 2019)

Segundo o MANUAL DE COMUNIAÇÃO LGBTI+ (2018) define a sexualidade como ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, modelos e fantasias, em diversos modos são configurados como diferentes contextos sociais e períodos históricos. E gênero significa que homens e mulheres não são somente resultantes da anatomia dos seus corpos e sim produtos da realidade social. A sigla LGBTQI+ é divido em duas partes, a primeira ela significa a orientação sexual da pessoa, ou, seja, é a forma que ela deseja estar se relacionando afetivamente e/ou sexualmente com outras pessoas que são as lésbicas, gays, bissexual, homoafetivo e pansexual, já a segunda significa sobre a identidade de gênero, ou seja, a pessoa tem uma experiência interna e individual que pode não corresponder ao sexo que foi atribuído no nascimento que pode incluir o senso pessoal do seu corpo e outras expressões de gênero como vestimenta, modo de falar e maneirismo, vão muito além dos gêneros feminino e masculino, que são pessoas como andrógina*, cross-dresser*, *drag*, *transformista*, *gênero fluído* e *queer*.

A terminologia transgênero define pessoa que transita entre os gêneros, que transcende as definições convencionais de sexualidade. Transexual possui uma identidade de gênero diferente do sexo que foi lhe designado no nascimento, a pessoa transexual pode ser homem ou mulher e procura estar se adequando no gênero que se identifica, pode acontecer que algumas pessoas trans procurar tratamentos médicos, que vão de terapia hormonal à cirurgia de redesignação sexual, é utilizada as expressões mulher trans e homem trans. Travesti é uma construção do gênero feminino, que é o oposto do seu sexo biológico, é realizada uma construção física e que pode ser permanente, com isso identifica na sua vida social, familiar, cultural e interpessoal, através da sua identidade. Pode ocorrer modificação em seu corpo, como uso de hormônios feminilizantes, cirurgia plástica e/ou silicone, mas isso não quer dizer que é uma regra e que todas devem seguir. (Manual De Comunicação LGBTI+, 2018)

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (nº. 5 01 jan a 31 out. 2020.) em 2020 apresentou o quinto aumento consecutivo de homicídios de pessoas trans mesmo com os índices aumentando e sendo divulgados pelo país, em momento algum foi implementado medidas de proteção a população trans, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que oficializou que a LGBTfobia é considerado como uma forma de crime de racismo. Pelos dados até dia outubro de 2020 já estão na casa de 151 casos de assassinatos sendo do gênero feminino. Foi analisado e em todos cenários houve aumento, seja nos períodos bimestrais ou semestral comparando com o período de 2019. No primeiro bimestre o aumento foi de 90%, no segundo 48%, o terceiro o aumento foi de 39% e no quarto bimestre chegou a 70% de aumento, em comparação com os boletins anteriores publicados. E no penúltimo bimestre (setembro e outubro) foi de 47% de aumento de homicídios em comparação com o período de janeiro e outubro de 2019, esses casos estão diretamente ligados em violências de negação de acesso ao direito e como consequência acaba prejudicando as vidas das pessoas trans. (ANTRA, 2020)

No ATLAS DA VIOLÊNCIA (2020) mostra o total de denúncias de violência contra a população LGBTQI+ que é registrado no Disque 100, em 2012 foi quando o atingiu o máximo de denúncias que foi 3.031 casos, a partir de 2015 ocorreu uma estabilidade nas denúncias e que apresenta uma ligeira queda até o último registro

disponível em 2018 de 1.685 casos. Normalmente as vítimas são negras, e as mulheres permanecem como sendo o alvo principal do que homens. Os dados do ano anterior indicam o sexo do agressor que foram majoritariamente realizadas por homens. Portanto as notificações de violências contra LGBTQI+ em 2018: violência psicológica 1.819, violência física 5.065; tortura 231, outros tipos de violência 2.108 e o total de 9.223, com isso mostram claramente ainda é um problema central. (Atlas da Violência, p.15, 2020)

Segundo a CARTILHA CUIDAR BEM DA SAÚDE DE CADA (Ministério Da Saúde, 2016), foi instituído a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), por meio da Portaria nº 2.836, de 1º de Dezembro de 2011 que garante às mulheres trans, aos homens trans e às travestis o direito à saúde integral e humanizada e de qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio das redes básicas e serviços especializados. Por serem alvos de brincadeiras, violências físicas e psicológicas, que são motivadas pelos preconceitos e ocorre a violações de direitos que é algo comum em suas vidas, é notável que existam poucas experiências nos serviços de saúde em relação à saúde trans e que é criada uma barreira nos cuidados na saúde desta população. (BRASIL, 2016)

Portanto, a CARTILHA CUIDAR BEM DA SAÚDE DE CADA (Ministério Da Saúde, 2016), na Carta de Direitos dos Usuários do SUS da Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, é direito do(a) usuário(a) o SUS ser identificado(a) e atendido(a) nas unidades de saúde pelo nome da sua preferência, independente do registro civil e/ou decisão judicial. Em 2012 o Sistema de Cadastramento de Usuários do SUS permite que no Cartão SUS tenha o nome social do(a) usuário(a). O processo transexualizador no SUS é instituído pelas Portarias nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e que foi ampliado na Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 que o processo transexualizador realizado pelo SUS garante o atendimento integral à saúde, acolhimento e acesso com respeito, desde uso do nome social e passando pelo acesso à hormonioterapia e até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social. (BRASIL, 2016)

ROSA (et al, 2017) relata que os profissionais da saúde devem oferecer à pessoas trans o cuidados integrais deve conhecer o seu contexto social e suas necessidades de saúde, proporcionar um ambiente seguro e livre de preconceito. A

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT aponta instituir mecanismo de gestão para atingir maior equidade no SUS com atenção especial às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, que inclui as especificidades de raça, cor, etnia e territorial, deve-se ampliar o acesso para essa população garantindo a prestação de serviço de saúde com qualidade e resolução das suas demandas e necessidades, ter um cuidado integral à saúde da população, o profissional deve garantir acesso ao processo transexualizador na rede do SUS, promover iniciativas voltadas à redução de riscos e oferecer atenção aos problemas decorrentes do uso de hormônios femininos e masculinos para travestis e transexuais. Definir estratégia para reduzir danos à saúde e oferecer atenção e cuidado à saúde de adolescentes e idosos que façam parte da população LGBT, perguntar como queira ser chamado e oferecer o Cartão do SUS com o seu nome social. Os enfermeiros devem oferecer uma atenção integral na rede de serviços do SUS nas doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), prevenir casos de cânceres ginecológicos e de próstata e ampliar o acesso ao tratamento qualificado, garantir os direitos sexuais e reprodutivos da população LGBT no âmbito do SUS, reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio e incluir ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à promoção da autoestima e sempre contribuir para a promoção da cidadania e da inclusão da população LGBT por meio da articulação com as diversas políticas sociais, de educação, trabalho, segurança. (BRASIL, 2013)

O objetivo deste estudo é investigar sobre os impactos decorrentes das violências à população transgênero. A partir de leituras anteriores, entende-se que tais impactos podem causar danos irreversíveis, sejam eles psicológicos, físicos e morais, comprometendo o direito ao acesso à educação, saúde, mercado de trabalho, de ir e vir, além das violações dos direitos humanos e de uma vida marcada pelo medo e invisibilidade. Nesse contexto, infere-se que uma melhor compreensão de tais impactos poderá basear melhorias na atuação e assistência, tendo em vista a redução dos danos à saúde da população transgêneros.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada na base da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com o objetivo de responder à pergunta: “Qual o impacto da violência psicológica e física na vida de mulheres transgêneros?”. Para a busca, utilizaram-se os descritores (DeCS): “minorias sexuais e de gênero”, “pessoas transgêneros” e “violência de gênero”.

Como critério de inclusão considerou-se: idioma português e espanhol, publicados entre 2010 e 2020, texto completo disponível. Os critérios de exclusão aplicados foram: artigos que não abordassem o tema da pesquisa.

O levantamento bibliográfico foi realizado utilizando os descritores: “Pessoas Transgêneros”“Violência de Gênero”; “Minorias Sexuais e de Gênero” e “Violência de Gênero”, utilizando o operador booleano “AND”. Os resultados das combinações serão denominados como n1 e n2, respectivamente no fluxograma PRISMA (figura 1).

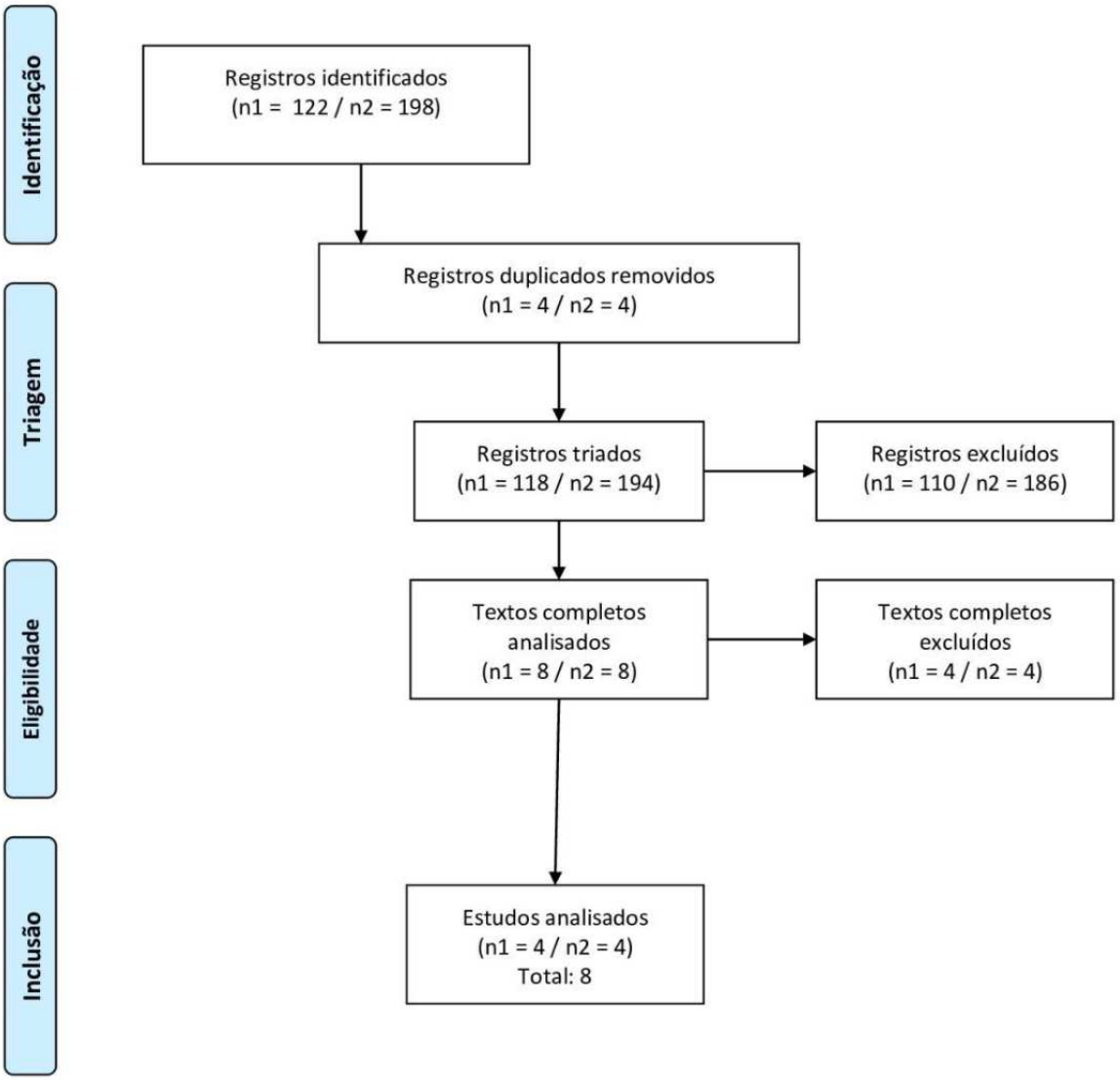

Figura 1. Fluxograma de seleção de artigos.

3. RESULTADOS

Os oito estudos selecionados foram publicados entre abril de 2015 e junho de 2019, sendo um no ano de 2015, dois no ano de 2016, um no ano de 2017, três no ano de 2018 e um ano de 2019. Quanto aos países de origem das publicações, cinco foram provenientes do Brasil, um da Espanha, um da França e um do México, com predominância do idioma português, expressa em cinco artigos, e a presença do idioma espanhol em três publicações. Não foram encontrados artigos no idioma inglês. Os objetivos, principais resultados e conclusões dessas pesquisas podem ser apreciados no Quadro 1.1

Ano	Título	Autor(es)	País de Origem	Idioma

2018	Análise das violências simbólicas nas histórias orais de transgêneros de Juiz de Fora - MG	Henrique Luiz Caproni Neto; Renata de Almeida Bicalho	Brasil	Português
2016	Características y factores de la violencia homiciada contra las minorias sexuales en la Ciudade de México, 1995-2013	Renaud René Boivin	França	Espanhol
2018	Evaluación del abuso psicológico en parejas del mismo sexo: evidencias de validez de la EAPA-P en una muestra de habla hispana	Lara Longares; Omar Saldaña; Jordi Escartín; Jaime Barrientos; Álvaro Rodríguez-Carballeira	Espanha	Espanhol
2019	Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos	Ettore Stefani Medeiro	Brasil	Português
2017	Performatividad del género, medicalización y salud en mujeres transexuales en Ciudad de México	José Arturo Granados Cosme; Pedro Alberto Hernández Ramírez; Omar Alejandro Olvera Muñoz	México	Espanhol
2016	Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro	Glauber Weder dos Santos Silva; Emanoel Fhilipe Leite Souza; Romeika Carla Ferreira de Sena; Izabela Bezerra de Lima Moura; Maura Vanessa Silva Sobreira; Francisco Arnoldo Nunes de Miranda	Brasil	Português
2018	Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans	Lincoln Moreira de Jesus Menezes	Brasil	Português
2015	Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil	Paulo Malvasi; Marcos Claudio Signorelli; Pedro Paulo Gomes Pereira; Martha Helena Teixeira de Souza	Brasil	Português

Tabela 1 – Artigos selecionados na revisão de literatura de acordo com ano, título, autor(es), país de origem e idioma.

Quadro 1.1 – Distribuição dos estudos incluídos na revisão de literatura de acordo com título, autor, ano, objetivo, método e conclusão. Jaguariúna, SP, 2020.

Título/ autor(es)/ ano/ Idioma	Objetivo	Método	Conclusão

Análise Das Violências Simbólicas Nas Histórias Orias De Transgêneros de Juiz de Fora - MG Neto et al., 2018 Português	Analisar as violências simbólicas vivenciadas por sujeitos transgêneros na sociedade e no mercado de trabalho. Os dados foram coletados através de entrevistas das histórias orais com seis indivíduos transgêneros	O método de análise dos dados utilizado de conteúdo temático e qualitativo buscou-se profissionais com pelo menos dois anos de trabalho e que tivessem disponibilidade e vontade de participar. Foram selecionadas por conveniência, utilizou-se a técnica de bola de neve em que uma entrevistada indica a outra. As participantes da pesquisa são transgêneros, sendo essas: uma transexual feminina e seis travestis	Os sujeitos transgêneros são vítimas de diversas violências simbólicas na sociedade por serem considerados doentes promíscuos e marginais. É evidente que em suas trajetórias, ocorre a falta de visibilidade, de direitos e proteção. Com isso todos os aspectos atuam reforçando as inferiorização sociais e demonstram a sociedade valorizando o modelo heterossexual
Características y Factores De La Violencia Homicida Contra Las Minorías Sexuales Em La Ciudad De México, 1995-2013 Boivin, 2016 Espanhol	Busca aprofundar os diferentes fatores que alimentam a violência homicida contra LGBT e HSH, como as suas ligações com a violência de gênero e os contextos locais de produção das identidades sexuais	Apresenta uma análise descritiva destes, com os principais fatores e contextos em que se desencadeia a violência homicida contra pessoas lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, gays e homens que tem relações sexual-afetivas com outros homens e apresentam dados e elementos de reflexão sobre as vítimas, os perpetradores e as circunstâncias de homicídios cometidos contra minorias sexuais	Alguns dos homicídios cometidos na Cidade do México tenham sido motivados diretamente pela intolerância à orientação sexual da vítima. Os motivos quanto às circunstâncias desses crimes refletem um contexto geral de crescente desigualdade social e consequente aumento da violência sócio-urbana, que atinge principalmente as populações vulneráveis: travestis, transexuais, os gays assumidos que sofreram homofobia em seus ambientes familiares de origem e não dispõem de recursos sociais para fazer frente à violência social e emocional vivenciada
Evalución Del Abuso Psicológico En Parejas Del Mismo Sexo: Evidencias De Validez De La EAPA-P En Una Muestra De Habla Hispana Longares et at, 2018 Espanhol	Este estudo nas últimas décadas vem ganhando grande relevância sobre o abuso entre parceiros íntimos, o intuito é delimitar o fenômeno, examinar as consequências psicológicas, mas a maioria foi realizada em casais de sexos diferentes. Então o objetivo é fornecer evidências do instrumento padronizado que irá avaliar a relação dos parceiros íntimos se ocorre abuso psicológico, por meio de uma Escala de Abuso Psicológico na Violência por Parceiro íntimo em casais do mesmo sexo	Esta pesquisa foi aprovada pela Comissão de Bioética da Universidade de Barcelona. Os dados foram coletados por meio de questionário online, utilizando o método de amostragem por conveniência em bola de neve. Os participantes foram contatados através das principais redes sociais e por e-mail com a ajuda de organizações espanholas e latino-americanas de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersex (LGTBI), bem como com a colaboração de pessoas que já participaram do estudo, que o divulgaram entre seus conhecidos	Após aplicar a escala EAPA-P e correlacionar significativa as pontuações encontradas, o resultado também coincide a validação de outros instrumentos de medida de AF em parceiros íntimos. Os resultados apontaram que consta presença de sintomatologia depressiva em vítimas da AF na autoestima das vítimas, mas a média de AF em casais do mesmo sexo é inferior que foi obtida em casais de sexo diferentes. E que os futuros estudos devem ser conduzidos para examinar as propriedades psicrométricas criar estratégias que podem ser vivenciadas por essa população e incluir elas na avaliação de experiências e estudar estruturas fatoriais da EAPAP com amostra mais ampla de vítimas em parceiros íntimos do mesmo sexo

Necropolítica Tropical Em Tempos Pró-Bolsonaro: Desafio Contemporâneos De Combate Aos Crimes De ódio LGBTfóbicos Medeiros, 2019 Português	É compreender em que medida há uma rede de cumplicidade que fomente a manifestação de crimes de ódio LGBTfóbicos na contemporaneidade política brasileira. Proposto como a dilatação do conceito de crime de ódio, compreendendo como a morte se manifestar para além do óbito, como no controle das subjetividades	Artigo como uma voz qualitativa que envolve a ação social, ética e política de um grupo que, movido por um impulso, visa conquistar reconhecimentos identitários, transformar relações desiguais e reivindicar sua presença nas decisões de poder. A fim de ilustrarmos casos de crimes de ódio LGBTfóbicos, apresentamos dados contidos em dois documentos que elucidam a realidade	As minorias sociais, que são alvo de preconceito em decorrência da cisheteronormatividade, que pune aqueles que escapam às normas de gênero e sexualidade. Tal população, vivente em tempos de pró-Bolsonaro no Brasil, é atingida por crimes de ódio, cujas manifestações têm sido autorizadas a partir de um Estado de exceção. Com o deslocamento teórico e político de crime de ódio, reivindicamos que a LGBTfobia liga-se não somente ao óbito e/ou à agressão física, mas uma rede cumplicidade que encoraja que o ódio contra os LGBTs se perpetue de diferentes formas
Perfomatividad Del Género, Medicalización y Salud En Mujeres Transexuales En Ciudad De México Cosme et al, 2017 Espanhol	A transexualidade é considerada como uma patologia, e é proposta uma adequação de sexo- gênero para o biopsíquico de pessoas trans. Com o estudo tem o objetivo de descrever os processos de medicalização e perfomatividade de gênero sobre a saúde de um grupo de mulheres trans, através de dez entrevistas semiestruturas foram realizadas e como a medicalização, a patologia acabou gerando sofrimentos psíquicos e também como os riscos adicionais sexgenérica era implicada	Por meio de uma análise discursiva e qualitativa, os processos de medicalização e performatividade de gênero são descritos em sua relação com a saúde de um grupo de mulheres trans, para as quais, como parte da medicalização, a patologização da transexualidade gerou sofrimento psíquico. Por outro lado, a adequação sexgenérica também implicava riscos adicionais.	A heteronormatividade reproduz somente duas identidades de gênero que são únicas e produz protótipos e corpos disciplinados que acaba exigindo uma articulação de ideologia entre sexo, gênero e heterossexualidade como um modo de vida “correto”. A identidade da população trans é marcada e inserida em contradições da medicalização, a patologia entra o protótipo que produz rejeição da sociedade e causa agravos à saúde, e a medicina oferece as possibilidades de readequação sexgenérica como uma expressão de perfomatividade de gênero. Mas infelizmente a ordem social busca intervir de forma homogênea os estereótipos e os papeis que é constituído na cultura de gênero, com isso acaba gerando praticas de violência física, psicológica e sexual que causa danos à saúde desta população
Situações De Violência Contra Travestis e Transexuais Em Um Município Do Nordeste Brasileiro Silva et al, 2016 Português	Tem como objetivo analisar o perfil sociodemográfico as situações de violência contra travestis e transexuais, demonstrando quais os principais tipos de violência sofrida por esta população, quais são os espaços da ocorrência da agressão e quem são os principais agressores desta comunidade. Este artigo tem o intuito de contribuir na formação de conhecimentos e que seja capaz de ampliar a visibilidade e a discussão teórica-prática sobre essa população	Estudo transversal e descritivo, com abordagem quantitativa, desenvolvido travestis e transexuais. Selecionaram as pessoas de forma aleatória. Para o banco de dados e análise utilizou-se o tratamento estatístico através do programa de informática Microsoft Office Excel 2013 com estatística descritiva, usada para descrever e sintetizar os dados, permitindo que o pesquisador resuma, organize e interprete a informação numérica, através de escores de percentagem	Elas enfrentam situações de violência verbal, física, psicológica e sexual, normalmente ocorre em ruas, escolas e nos serviços de saúde e têm como os principais agressores vizinhos, desconhecidos, membros da família e profissionais de saúde. É notável a necessidade de estar organizando a atenção à saúde para essa população com o objetivo de inserção equânime e saudável em sua comunidade e a importância e relevância para a enfermagem os processos de cuidar, aliar os princípios doutrinários que pertence ao SUS e assegurar e criar ações de equidade, integralidade e universalidade

Violência e Sofrimento Social no Itinerário De Travestis De Santa Maria, Rio Grande Do Sul, Brasil Souza et al, 2015 Português	É uma pesquisa etnográfica que aconteceu no ano de 2012, e é realizada com travestis por meio de observação, entrevistas e acompanhamentos das vidas cotidianas	Metodologia qualitativa de estudo, por meio de proposta de pesquisa etnográfica, na qual foram adotados procedimentos de observação participante, entrevistas em profundidade e acompanhamento da vida cotidiana das interlocutoras. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa que buscou se aproximar do fazer etnográfico, procurando, acima de tudo, as concepções das interlocutoras	Durante as trajetórias percorridas pelas travestis, vivenciaram múltiplas violências que resultaram diretamente nas condições de saúde. Com o distanciamento da família e de suas relações parentesco acaba perdendo relações afetivas e suporte material, como consequência acabam se afastando das escolas, serviços de saúde, que acabam reproduzindo violência e coincidindo parte dos seus sofrimentos. Como esses efeitos são devastadores foram acompanhados, casos de depressão, tentativas de suicídios, ferimento e diversos agravos
Transfobia e Racismo: Articulação De Violências Nas Vivências de Trans Menezes, 2018 Português	Discute a articulação de violência de gênero e raça vivida por trans negras, baseado na pesquisa realizada na cidade de São Paulo	Uma pesquisa quantitativa realizada com aplicação de questionário por telefone foi entrevistada em 2018, trans cadastradas durante ações de campo realizadas pelo Instituto Cultural Barong em 2017. Em diferentes locais frequentados por este público, para situações de lazer e trabalho de rua; além de outros indivíduos indicados por essas, numa estratégia de contato de “bola de neve”.	Na vivência de uma trans negra, as experiências sociais e culturais se pronunciam em dimensões específicas que são permeadas pela transfobia e pelo racismo, enquanto fenômenos perpetrados não só pela sociedade, mas também pelo Estado. Fazer parte do segmento no Brasil é ter uma vida marcada por negações, tanto com relação à identidade. Os padrões binários de cor e gênero constituídos historicamente na sociedade ocidental ainda se encontram vigentes inviabilizando a sua plena existência e cidadania. A desvantagem socioeconômica de que partem, somada à grande violência de gênero e de raça que sofrem durante a sua vida e no meio social: violência verbal, física, psicológica, abusos sexuais, exposição precoce a uma vida sexual de riscos, prostituição, estupro, escolaridade e renda mais baixas

4 DISCUSSÃO

Os estudos MENEZES “Transfobia e racismo”, MEDEIROS “Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro”, SILVA (et al. 2016) “Situações de Violências contra Travestis e transexuais”, NETO (et al.2018) “Análise das violências simbólicas nas histórias orais de transgêneros”, apontam a violação dos direitos humanos e a violência enfrentada pela população transgêneros, o nível da crueldade que é executado no crime demonstra o sentimento de intolerância, discriminação e ódio que os agressores e sociedades sentem por essa minoria de gênero.

As vivências entre a população transgêneros podem observar situações de desvantagens em relação socioeconômica que se inicia no seu ambiente familiar com violências e ausências de proteção, e que acaba resultado a saída precoce de casa, devido o seu gênero sofre mais violências no trabalho, escolas, e em instituições privadas e públicas. (MENEZES, 2018)

Quando tratamos do assunto mulheres transexuais, achamos vários relatos que, o julgamento vem de todos os lados desde a escola até os serviços de saúde. Nos documentários assistidos também, para servirem de base para a pesquisa, e artigos selecionados, pudemos perceber que a realidade dessas mulheres é difícil, onde o tempo todo sofre todo o tipo de violência possível, sendo o mais comum a psicologia, pois é a qual a maioria da população realiza o tempo todo, quando passam por cima de seus direitos ou não ás respeitando. Conforme MEDEIROS, a violência contra esse público não caracteriza apenas por violência física ou óbitos, mas também, por atitudes de pessoas que encorajam e incentivam outras a cometerem os mesmo, muitos ainda utilizam do poder para conseguir exercer esse tipo de violência sem ser punido. (MEDEIRO, 2019)

Quando fazemos uma comparação da obra de BOIVIN “Características y Factores La Violência Homicida Contra Las Minorias Sexuales En La Ciudad De México, 1995-2013” (2016), com a Cartilha de Combate a Violência contra LGBT (2018) pode perceber, o avanço que o Brasil esta obtendo aos poucos, essa cartilha vem para regulamentar, proteger, proibir e apresenta punições aos atos de violência a essa população tão discriminada. Onde garante os direitos à educação, saúde, justiça, respeito social e entre outras coisas que são de grande importância para essa população.

Cabe ao profissional de saúde, ser comprometido com as transformações sociais, saber as características e a necessidades da população que vai ser atendida. As mulheres transgêneros são marcadas pela exclusão e discriminação pela sociedade, seja um profissional diferente dessa realidade e aproveita a oportunidade e vincula aos serviços de saúde como: endocrinologista, psicólogo, consultas médicas, enfermagem e dentista, agendar exames como papanicolau, mamografia, PSA, controle de pressão arterial e glicêmico e entre outros. Na

Portaria 675/MS/GM de 30 de março de 2006, Carta dos Usuários no SUS (BRASIL, 2009), artigo 4º, Inciso I – Uso do nome social, pergunte como a usuária gostaria de ser chamada e sempre chame pelo nome escolhido não importa a sua aparência. É importante promover um ambiente acolhedor, que a usuária se sente a vontade e acolhida e ofereça apoio e escuta à sua família e pessoas envolvidas neste processo.

5 CONCLUSÃO

Os artigos analisados nesta revisão da literatura apontam que as violências psicológicas, físicas e violações dos direitos humanos, são atos do reflexo do preconceito, homofobia, ódio, discriminação e exclusão da sociedade. Com isso, podem acarretar danos irreversíveis, comprometendo o direito ao acesso à educação, saúde, mercado de trabalho e que suas vidas são marcadas por medo e invisibilidade.

Infelizmente a discriminação é um comportamento que já se encontra enraizado na sociedade, por não aceitarem a orientação sexual ou identidade/ expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos. Em 2008 a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovaram declarações e resoluções defendendo que a orientação sexual e a identidade de gênero também são consideradas direitos humanos.

É notável que os profissionais da saúde não estejam preparados na atuação e na assistência voltada para as pessoas transgêneros. Podemos refletir como futuras enfermeiras, que devemos estar atentas e sensibilizadas com a população trans, garantir o direito à saúde integral, humanizada e de qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS), ampliar o acesso aos serviços de saúde, passar chamar pelo nome social, construir uma relação de confiança entre o profissional de saúde e usuário(a), e oferecer um ambiente seguro e livre de preconceito. Segundo a Resolução Cofen nº 564/2017, Cap. II – Dos Deveres, Art. 41 Prestar assistência de Enfermagem sem discriminação de qualquer natureza e Art. 48 Prestar assistência de Enfermagem promovendo a qualidade de vida à pessoa e família no processo do nascer, viver, morrer e luto. (Cofen, 2017)

No entanto, existe muito a ser feito para a construção de uma sociedade mais inclusa, não violenta e que respeite os direitos humanos e todas as possibilidades de gênero e vida. Importante mencionar avanços recentes, como a inclusão das pessoas transgêneros na Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, Política Nacional de Saúde LGBT e Portarias como, nº 2.836, de 1º de Dezembro de 2011, Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 entre outras, voltadas para a saúde desta população. O Estado, por sua vez, deve garantir a dignidade da pessoa humana independente da sua orientação sexual e identidade de gênero. Todos têm direito à cidadania, a sua liberdade de expressão, sem preconceitos, sem assédios, e à vida em um país livre da homofobia e do racismo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOIVIN, R R. **Características y factores de la violencia homicida contra las minorias sexuales en la Ciudad de México, 1995 – 2013**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) no.23 Rio de Janeiro may/aug. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000200022. Acesso em: 29 Mai. 2020.

BRASIL. **Assassinatos Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020**. Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, nº 05/2020, jan/out. 2020. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf. Acesso em: 04 Nov. 2020.

BRASIL. **Atlas da Violência 2020 Principais resultados**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSB), p.15. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados. Acesso em: 07 Nov. 2020.

BRASIL. **Atlas da Violência 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSB). 2020. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/25/infografico-atlas-da-violencia-2020. Acesso em: 07 Nov. 2020.

Combater a violência e garantir direitos para a população LGBT. Assembléia Legislativa do RS, Estado do Rio Grande do Sul, ago. 2018. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ccdh/Cartilha%20Direitos%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBT%20-%202018.pdf. Acesso em: 25 Nov. 2020.

Comissão do Senado Aprova Projeto de Lei Que Amplia Alcance da Lei Maria da Penha Para Proteger Mulheres Transgêneros e Transexuais. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, 29 mai. 2019. Disponível em: https://www.ibdfam.org.br/noticias/6956/Comiss%C3%A3o+do+Senado+aprova+projeto+de+lei+que+amplia+alcance+da+Lei+Maria+da+Penha+para+proteger+mulheres+transg%C3%AAnero+e+transexuais#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20Justi%C3%A7a,se%20identificam%20como%20integrantes%20do. Acesso em: 28 Nov. 2020.

COSME, J. A. G; RAMÍREZ, P. A. H; e MUÑOZ. O. A. O. **Performatividad del género, medicalización y salud en mujeres transexuales en Ciudad de México**. Salud colectiva vol.13 no.4 Lanús dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S1851-82652017000400633. Acesso em: Mai. 2020.

_____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 07 Nov. 2020.

_____. Ministério da Saúde (MS). **Cuidar Bem Da Saúde De Cada Um**. Brasília - DF, 27 jan, 2020. Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-10x15cm.pdf. Acesso em: 28 Nov. 2020.

_____. Ministério da Saúde (MS). **Política Nacional DE Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília – DF, 2013.

Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 28 Nov. 2020.

_____. Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). **Resolução Cofen nº 564/2017**. 06 dez. 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acesso em: 30 Nov. 2020.

LONGARES, L; SALDAÑA, O; ESCARTÍN, J; BARRIENTOS, J; e CARBALLEIRA, A. R. **Measuring psychological abuse in same-sexcouples: evidence of validity of the EAPA-P in a Spanish-speaking sample**. Anales de Psicología. Vol.34 no.3 Murcia oct/ dic. 2018. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0212-97282018000300017&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 28 Mai. 2020.

Manual de Comunicação LGBTI+. Aliança Nacional LGBTI e GayLatino, 2018. Disponível em: https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf. Acesso em: 28 Nov. 2020.

MEDEIROS, E. S. **Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos**. Reciis (Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde)- Ver Eletron Comum InfInov Saúde abri/jun. 2019. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1728/2271. Acesso em: 28 Mai. 2020.

MENEZES, L. M. J. **Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans**. Bis - vol.19, n.2 – dez. 2018. Disponível em: http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1016512/bis-v19n2-diversidade-62-76.pdf. Acesso em: 29 Mai. 2020.

NETO, H. L. C; e BICALHO, R. A. **Análise das violências simbólicas nas histórias orais de transgêneros de Juiz de Fora – MG**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.52 p.48-70, jul/dez. 2018. Disponível em:

https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/7665. Acesso em: Mai. 2020.

PENHA, M. **TIPOS DE VIOLÊNCIA**. Instituto Maria da Penha. Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html. Acesso em: 07 Nov. 2020.

Princípios de Yogyakarta. Princípios Sobre A Aplicação Da Legislação Internacional De Direitos Humanos Em Relação À Orientação Sexual E Identidade De Gênero. 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 14 Nov. 2020.

PRODANOV, C. C; e Freitas, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Universidade FEEVALE, Ed.2ª p.24. 2013. Disponível em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 21 Nov. 2020.

ROSA, D. F; CARVALHO, M. V. F; PEREIRA, N. R; ROCHA, N. T; NEVES, V. R; e ROSA, A. S. **Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional**. REBEn – Revista Brasileira de Enfermagem, 299-306. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v72s1/pt_0034-7167-reben-72-s1-0299.pdf. Acesso em: 28 Nov. 2020.

SILVA, G. W. S; SOUZA, E. F. L; SENA, R. C. F; MOURA, I. B. L; SOBREIRA, M. V. S; e MIRANDA, F. A. N. **Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro**. Revista Gaúcha de Enfermagem. Vol.37 no.2 Porto Alegre mai. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S1983-14472016000200404. Acesso em: Mai. 2020.

SOUZA, M. H. T; MALVASI, P; SIGNORELLI, M. C; e PEREIRA, P. P. G. **Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública vol.31 no.4 Rio de Janeiro abr. 2015. Disponível

em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S0102-311X2015000400767. Acesso em: Mai. 2020.

TMM Update Trans Day of Remembrance 2019. Transrespect Versus Transphobia World Wide, 11 Nov. 2019. Disponível em: https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2019/. Acesso em: 15 Nov. 2020.